



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HERMANO CAVALCANTI LEITE FILHO

**A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS
BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: O CASO DA CIDADE DE
JOÃO PESSOA**

JOÃO PESSOA

2021

HERMANO CAVALCANTI LEITE FILHO

**A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS
BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: O CASO DA CIDADE DE
JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Liliana Ramalho
Fróio.

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F481a Filho, Hermano Cavalcanti Leite.

A atuação internacional dos governos subnacionais
brasileiros durante a pandemia da COVID-19: o caso da
cidade de João Pessoa / Hermano Cavalcanti Leite Filho.

- João Pessoa, 2021.

38 f. : il.

Orientação: Liliana Ramalho Fróio.

TCC (Graduação) - UFPB/CCCSA.

1. Paradiplomacia. 2. Governos subnacionais. 3.
João Pessoa. 4. Pandemia. 5. COVID-19. I. Fróio, Liliana
Ramalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(02)

HERMANO CAVALCANTI LEITE FILHO

**A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS
BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: O CASO DA CIDADE DE
JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 09 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.a. Dra. Liliana Ramalho Fróio – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba – (UFPB)



Prof. Dr. Thiago Lima da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

HERMANO CAVALCANTI LEITE FILHO

**A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS
BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: O CASO DA CIDADE DE
JOÃO PESSOA**

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre as possibilidades abertas durante a pandemia da COVID-19 nas ações locais dos governos, em particular no possível engajamento internacional dos entes subnacionais brasileiros, tendo como objeto de estudo a cidade de João Pessoa. A discussão se insere em meio às tensões existentes entre os níveis de governo, e da falta de coordenação dos entes federados a partir do governo federal. Além de resgatar a trajetória de internacionalização da cidade, realizamos um panorama das principais ações e medidas realizadas pela cidade durante a pandemia, identificando as iniciativas internacionais realizadas por João Pessoa nesse período. O artigo questiona se o contexto doméstico e as mudanças provocadas pela pandemia, consistem em um fator desencadeador de uma maior atividade internacional dos governos subnacionais brasileiros, sob a hipótese de que a pandemia tem provocado mudanças significativas na paradiplomacia brasileira.

Palavras-chave: Paradiplomacia; governos subnacionais; João Pessoa; Pandemia; COVID-19.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on possibilities during the COVID-19 pandemic on local government actions, in particular on the possible international engagement of Brazilian subnational entities, with the city of João Pessoa as the object of study. The discussion is part of the existing tensions between the levels of government, and the lack of coordination of federated entities from the federal government. In addition to rescuing the city's internationalization trajectory, we provide an overview of the main actions and measures taken by the city during the pandemic, identifying the international initiatives carried out by João Pessoa during this period. The article questions whether the domestic context and the changes caused by the pandemic are a triggering factor for greater international activity by Brazilian subnational governments, under the hypothesis that the pandemic has caused significant changes in Brazilian paradiplomacy.

Keywords: Paradiplomacy; subnational governments; João Pessoa; Pandemy; COVID-19.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 trouxe consequências graves para a sociedade, mas também evidenciou a necessidade em coordenar ações políticas nunca vistas sob os moldes do sistema de governança global. A rápida disseminação do novo coronavírus demonstrou a necessidade de respostas urgentes e concatenadas dos diversos níveis de governo (CAVALHEIRO, 2020), mas tal sinergia não esteve sempre presente dentro dos países (ou mesmo no âmbito do sistema internacional). Em grande medida, as ações de combate à COVID-19 estiveram à mercê de disputas políticas que impactaram a sua condução. Esse tem sido o caso do Brasil, cujo ambiente político doméstico tem provocado disputas (de discursos e de ações) entre os níveis de governo. Em determinadas situações, governadores e prefeitos têm tido protagonismo em suas localidades, sendo figuras-chave na elaboração e na execução de estratégias para lidar com a crise sanitária.

Em determinado momento, quando o governo federal assumiu uma postura questionadora ou mesmo contrária às recomendações técnicas e científicas, como as da Organização Mundial da Saúde (OMS), até mesmo minimizando a situação pandêmica e recusando-se a seguir orientações do próprio Ministério da Saúde, a coordenação vertical esperada entre o presidente da república, os estados e municípios brasileiros sofreu abalos. Com isso, em certos casos, prefeitos e governadores buscaram assegurar as necessidades dos seus territórios por meio de iniciativas próprias, até mesmo no âmbito das relações internacionais, onde em alguns casos foram ao exterior pedir ajuda.

Diante deste cenário de tensões entre governos subnacionais e a presidência da república, os estados da região Nordeste do país se destacaram no protagonismo, e na elaboração de respostas coordenadas e articuladas em função da omissão do governo central em liderar iniciativas. Juntos, os governadores do Nordeste brasileiro se posicionaram de maneira contundente, em busca de garantir a sobrevivência de suas localidades¹. A exemplo de medidas adotadas, efetuaram compras de ventiladores pulmonares da China e realizaram contratos de compra de vacinas no exterior. Esses e outros movimentos indicam o cenário internacional como alternativa encontrada por alguns estados e municípios em assegurar as necessidades de suas regiões.

Nesse sentido, a cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, sob o comando do prefeito Luciano Cartaxo (PV, 2016-2020), e posteriormente do prefeito Cícero Lucena (PP, 2021- atual), enfrentou o grande desafio de frear o contágio do coronavírus na capital. As ações e medidas

¹ Apesar do destaque desses atores, determinadas ações não ocorrem sem críticas ou falhas no processo, em que ações foram realizadas de forma contrária ao governo central, ou driblando regras do comércio internacional para obtenção de materiais médicos, como foi no caso do Maranhão.

adotadas no âmbito municipal revelam o engajamento da cidade em buscar resolver a situação a partir de orientações de organismos técnicos de saúde, realizando iniciativas em conjunto com municípios da região metropolitana.

Dito isto, o presente artigo busca refletir sobre as possibilidades abertas durante a pandemia da COVID-19 nas ações locais dos governos, em particular no possível engajamento internacional dos mesmos, tendo como objeto de estudo a cidade de João Pessoa. Além de resgatar a trajetória de internacionalização da cidade, realizamos um panorama das principais ações e medidas realizadas pela cidade durante a pandemia, identificando as iniciativas internacionais realizadas por João Pessoa nesse período. O artigo questiona se o contexto doméstico e as mudanças provocadas pela pandemia, consistem em um fator desencadeador de uma maior atividade internacional dos governos subnacionais brasileiros, sob a hipótese de que a pandemia tem provocado mudanças significativas na paradiplomacia brasileira. Para verificar se as mudanças trazidas pela pandemia consistem em um fator desencadeador de uma maior atividade internacional dos entes federados brasileiros, foi selecionada como estudo de caso a cidade de João Pessoa, que historicamente não tem tido uma atuação internacional muito intensa.

As discussões se inserem em meio às perspectivas do fortalecimento da participação de entes subnacionais no contexto internacional, principalmente em razão da intensificação das tensões existentes e da falta de coordenação dos entes federados com o governo federal (DA SILVA, 2020; CALIL, 2020; TEIXEIRA, 2020; ARAÚJO e SILVA, 2020, ROSSI e ARAÚJO, 2020). O argumento é reforçado ao passo que leis e decretos federais, formulados e editados durante a pandemia, revelam a tentativa do governo federal em impor limitações à atuação dos entes subnacionais brasileiros². Não obstante, a presente pesquisa demonstra sua relevância à medida que contribui para os estudos da paradiplomacia local, em específico sobre a paradiplomacia do Nordeste do país, que apresenta poucos estudos relacionados às práticas internacionais³.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso enquanto metodologia de investigação científica. Busca-se, portanto, realizar uma descrição aprofundada, visando encontrar elementos generalizáveis ou destoantes de concepções gerais. As técnicas para coleta de dados e informações

² O governo federal editou um conjunto de normas que diz respeito a medidas para o enfrentamento do coronavírus, que tenta limitar as competências dos governos subnacionais em decidirem sobre questões de medidas sanitárias, como o fechamento de estabelecimentos comerciais e medidas de distanciamento social.

³ A elaboração do presente trabalho é proveniente do projeto de pesquisa intitulado “O papel da Paradiplomacia no Desenvolvimento dos Governos Subnacionais: uma análise do Estado da Paraíba”, realizado em 2018, que foi desenvolvido a partir da orientação da Professora Dra. Líliliana Ramalho Fróio, vinculada ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade da Paraíba (DRI/UFPB). A partir do projeto mencionado, o plano de trabalho desenvolvido anteriormente objetivou mapear e identificar as características da paradiplomacia paraibana, verificando também os impactos da paradiplomacia no desenvolvimento local.

se basearam na revisão bibliográfica de modo a fornecer o devido embasamento teórico e contextualização do caso, enquanto sites locais de notícias e o portal de notícias da prefeitura de João Pessoa serviram como canal para obtenção das informações e análise do caso abordado.

Além desta introdução, em que apresentamos brevemente a temática que será abordada, bem como as linhas gerais que fornecem estrutura para o estudo a seguir, o trabalho encontra-se dividido da seguinte forma. Na primeira parte, trazemos considerações gerais sobre a paradiplomacia, inserindo a discussão sobre o caso brasileiro e as suas particularidades. Logo em seguida, na segunda parte são abordadas questões em torno da pandemia e da paradiplomacia, apontando como os governos subnacionais brasileiros, encontraram oportunidades no âmbito internacional. Na terceira parte abordamos o caso da cidade de João Pessoa, onde será apresentado um breve retrospecto de suas ações no plano internacional, depois fazemos um panorama das principais ações e medidas do governo municipal de João Pessoa no combate ao coronavírus, buscando abordar atividades paradiplomáticas deste estudo de caso. Por fim, produzimos reflexões a respeito do futuro do cenário internacional da cidade de João Pessoa, realizado a partir da retomada do contexto.

2. PARADIPLOMACIA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS E O CASO BRASILEIRO

As Relações Internacionais, analisadas tipicamente com uma visão Westphaliana do sistema internacional, em que os Estados soberanos detêm exclusividade no tratar de assuntos diplomáticos, de segurança e de defesa nacional, encaram novas dinâmicas a partir da intensificação da interdependência entre os países (ISER, 2013). Nesse contexto, novas dinâmicas políticas, econômicas e sociais, oriundas das consequências da globalização, abrem espaço para a participação de novos atores, como indivíduos, organizações não governamentais, empresas multinacionais, e governos subnacionais nas relações internacionais, sendo fundamental o reconhecimento das escolas teóricas do *mainstream* das Relações Internacionais em considerarem a presença e relevância desses novos atores.

A globalização, bem como a ascensão de regimes transnacionais, proporciona novos debates acerca de assuntos internos e externos, ao passo que vêm sendo observadas transformações na divisão de responsabilidades entre governos federais e subnacionais (KEATING, 1999). A influência da interdependência na política global e no comportamento dos estados e entes federados, observa um movimento inverso, visto que as ações governamentais também afetam os padrões de interdependência (NYE, 1989, p.5). Desse modo, "o contexto recente da

interdependência global não criou, portanto, nada novo no ambiente político das democracias federais, mas contribuiu para intensificar a necessidade de atuação internacional dos entes [...]” (FRÓIO, 2013, p.15).

Os governos subnacionais participam cada vez mais ativamente nas arenas internacionais, onde o estreitamento das relações entre as questões locais e internacionais a partir da interdependência em assuntos políticos, econômicos, tecnológicos, culturais e sociais, exigem um maior nível de percepção dos governos subnacionais a respeito do fenômeno (BARRETO, 2005).

Tradicionalmente, assuntos de política externa são considerados de responsabilidade do governo nacional, onde a representação dos interesses de um país é revelada no ambiente internacional. No entanto, “em países federais os poderes constitucionais e a responsabilidade pela condução de políticas públicas são compartilhados entre o governo federal e as unidades constituintes [...] com cada ordem responsável por um conjunto de funções” (MICHELMANN, 2009, p.3, tradução nossa). Sendo assim, as atividades internacionais dos governos subnacionais são observadas principalmente em sistemas democráticos federais ou descentralizados, e ainda que modestas quando comparadas aos assuntos tradicionais de política externa entre nações soberanas, as preocupações dos entes subnacionais com a dimensão externa vêm ganhando espaço nas últimas décadas (DUCHACEK, 1990, p.2).

De acordo com Soldatos (1990, p.35), sobre a dinâmica internacional dos entes subnacionais, esta possui elementos de política externa, ao passo que consideram: objetivos, estratégias, táticas, instituições, processo de tomada de decisão, instrumentos e resultados das políticas internacionais. No entanto, as ações internacionais desses entes constituem atos de *low politics*, tratando de temas que fogem da esfera da *high politics* na política externa (GOMES, 2011). De acordo Lecours e Moreno (2006, p.18 apud MIKLOS, 2010, p.14) apesar dos governos subnacionais compartilharem características de política externa e do transnacionalismo dos estados nacionais, estes constituem relações com o ambiente externo que permanecem inteligíveis para os Estados devido a sua natureza territorial-institucional.

Dentre as causas que fazem com que os governos subnacionais busquem alternativas no meio internacional, Soldatos (1990) pontua a ineficiência do governo federal em responder às demandas e necessidades dos governos subnacionais. De maneira complementar a respeito das motivações que levam a projeção internacional desses atores, Keating (2004, p.4) enfatiza questões econômicas, culturais e políticas. Kincaid (1990, p.144) acrescenta a gestão doméstica transfronteiriça como sendo uma importante motivação dos governos subnacionais, em resolver questões relacionadas entre territórios internacionais contíguos.

Determinadas motivações constituem a força motriz das atividades paradiplomáticas, e estas podem variar conforme a natureza das ações. Em grande medida, as ações podem ter natureza cooperativa ou paralela. No primeiro caso, as ações subnacionais são coordenadas pelo governo central, ou desenvolvidas de maneira conjunta. Enquanto as ações paralelas possuem caráter substitutivo, e podem ser desenvolvidas de maneira harmônica com o governo federal, sendo realizadas a partir do reconhecimento por parte do governo central das atividades externas dos entes federados, ou de maneira conflituosa quando há discordância quanto às ações e conteúdo das atividades internacionais destes entes (SOLDATOS, 1990, p.38-40).

Quando governos subnacionais decidem se projetar internacionalmente para defender seus interesses, de acordo com Duchacek (1990, p.14-15), existem seis principais maneiras de fazer isso, sendo estas a partir do: 1) estabelecimento de escritórios permanentes em locais estrangeiros permite que governos subnacionais incentivem investimentos e questões comerciais, bem como facilita as negociações entre as regiões a partir dessa aproximação; 2) viagens internacionais por parte de líderes e representantes dos governos locais; 3) missões profissionais de curta duração; 4) feiras de comércio e investimentos se categorizam como oportunidades que os entes possuem em expor seus conhecimentos e promover suas regiões; 5) estabelecimento de zonas de comércio exterior; e 6) participação de representantes de governos subnacionais em conferências e organizações.

Conforme Hocking (1993), em uma análise sobre a capacidade das ações de entes subnacionais, destacam-se aqui alguns elementos importantes: a) motivações: em grande medida, são visualizadas a partir da promoção comercial e da atração de investimentos nas regiões; b) envolvimento: é considerado a partir de uma “perspectiva da *continuidade, abrangência temática* e das *demandas de governança global*”; c) estrutura e recursos: são elementos que limitam a atuação internacional a partir de questões financeiras e de recursos humanos; d) nível de participação: está ligado às iniciativas no plano internacional; por fim, e) estratégias: podem ser tanto através de mediações, onde os governos não-centrais usam canais para realizar as negociações, ou direta, quando os assuntos são tratados diretamente entre as partes (apud ISER, 2013, p.21-24).

Os estudos relacionados à temática da paradiplomacia no caso brasileiro, embora recentes quando comparados a outros países ao redor do mundo, revelam o esforço em buscar entender as particularidades e características existentes do fenômeno paradiplomático no Brasil.

No caso brasileiro, os movimentos internacionais dos governos subnacionais revelam seus primeiros sinais a partir de 1982, com o processo de redemocratização vivenciado no país, e de acordo com as eleições dos governadores. Apesar da Constituição da República de 1988, trazer

em seu material constitutivo a centralização de competências de forma exclusiva à União, verificou-se, a partir das experiências de alguns estados, os primeiros casos de política externa federativa a partir deste período (BRANCO, 2007).

Sob a perspectiva legal, Ribeiro (2009, p.69) afirma que “no atual ordenamento jurídico brasileiro evidencia-se uma lacuna, uma vez que não existem competências definidas e nem reconhecimento legal para as ações internacionais de estados federados e municípios”. Ainda assim, a lacuna mencionada pode ser entendida como uma brecha institucional, em que os estados e municípios brasileiros se utilizam para vislumbrar as atividades internacionais. Estes são motivados a se projetarem internacionalmente devido ao “contexto da desigualdade econômica entre regiões e Estados da federação [...]” bem como por conta da própria dinâmica internacional “que favorece e estimula a participação direta do poder local nas relações internacionais” (RIBEIRO, 2009, p.69 apud RODRIGUES, 2004b).

A atuação dos governos estaduais e dos municípios se diferenciam. Enquanto o modo de atuar dos governos estaduais se aproxima de uma política exterior tradicional, em maior consonância com as diretrizes do governo central, a paradiplomacia municipal possui traços multilaterais quando a atuação se encontra no cerne das redes internacionais de cidades, por exemplo, mas também pode ser encarada de maneira bilateral, como são nos casos dos irmanamentos entre cidades (RODRIGUES, 2004; BORJA e CASTELLS, 1997; SALOMÓN, 2007 apud MATSUMOTO, 2011, p.40).

A respeito das questões institucionais e operacionais da paradiplomacia brasileira, Bueno (2010, p.245) ressalta que no nível estadual existem três grandes dificuldades: “problema de *continuidade*, baixo nível relativo de *cooperação vertical* (com o governo federal), e baixo nível relativo de *accountability*”. Enquanto no nível municipal, Cezário (2011, p.169), enfatiza que “poucos municípios apresentam uma estrutura internacional capaz de manter um relacionamento contínuo e consistente, articulando as demais secretarias e mantendo um histórico dessa atuação.” Com relação a questões administrativas dos governos subnacionais, mesmo não havendo um modelo institucionalizado para a atuação internacional desses entes, cabe ressaltar que “[...] a criação de uma estrutura institucional específica de relações internacionais no aparato administrativo de um governo subnacional denota não o começo de uma atuação internacional, mas sua intensificação e a vontade de agir mais organizadamente” (SALOMÓN e NUNES, 2007, p.105).

Sobre os motivos que levam à atuação internacional dos estados e municípios brasileiros, o motivo econômico aparece como mais determinante na atuação dos estados do que na atuação municipal. Na pesquisa realizada por Matsumoto (2011), onde buscou-se analisar os determinantes

locais da paradiplomacia municipal, suas conclusões apontam que no Brasil, a paradiplomacia no âmbito municipal não tem relação direta com fatores econômicos, e a presença de áreas internacionais não pode ser explicada pelos indicadores das variáveis econômicas. Enquanto isso, Bueno (2010), através de entrevistas realizadas com gestores estaduais, chegou à constatação de que o fator econômico consiste na principal motivação para a atuação internacional dos governos estaduais.

3. A PANDEMIA E A PARADIPLOMACIA BRASILEIRA

O mundo vivencia uma das piores crises da humanidade no período contemporâneo, em que nossos hábitos e estilos de vida precisaram ser alterados diante da situação. A pandemia da COVID-19 atinge todos os continentes sem precisar de passaportes para cruzar as fronteiras dos países, sendo considerado como um desastre global que afeta principalmente os países mais emergentes, incluindo assim o Brasil (FREITAS, et al., 2020).

A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2⁴ de acordo com estudo da OMS em conjunto com a China, e teve sua origem na cidade de Wuhan, província de Hubei na China (KUNZMANN, 2021). Até o presente momento, o número total de pessoas infectadas no mundo passa dos 176 milhões, sendo destes 3,8 milhões de óbitos por coronavírus. No Brasil, já são mais de 17 milhões de casos confirmados, com um total de 487 mil mortes, que apesar das 73 milhões de doses de vacinas aplicadas, os números de infectados e mortos continuam em ritmo cadenciado⁵.

No dia 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, decretou em uma coletiva em Genebra, na Suíça, a pandemia de COVID-19, conforme relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020). A partir da sua instauração, os países gradativamente se mobilizaram para enfrentar a crise, elaborando estratégias e medidas de combate à disseminação do vírus.

No início da pandemia, a ausência de vacinas e medicamentos para o tratamento das pessoas infectadas pelo vírus SARS-CoV-2, fizeram com que medidas de isolamento, quarentena, distanciamento social, e medidas de contenção comunitárias, que embora possuam terminologias

⁴ A SARS-CoV-2 pertence à subfamília *Coronaviridae* (CoV) da família *Coronavirina* de vírus de RNA. PLATTO, S; WANG, Y; ZHOU, J. CARAFOLI, E. **History of the COVID-19 pandemic: Origin, explosion, worldwide spreading**. Biochemical and Biophysical Research Communications. Volume 538, p.14-23, jan 2021.

⁵ Dados atualizados em 14 de junho de 2021. Fonte: JOHN HOPKINS UNIVERSITY. COVID-19 DASHBOARD by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University. (JHU). Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 14 jun 2021.

distintas, têm a mesma essência de reduzir interações humanas e combater a alta taxa de transmissibilidade da doença, se tornassem as principais ações de controle da pandemia (AQUINO *et al*, 2020, p.2425). Em termos de saúde pública, para garantir atendimento aos pacientes infectados, os países mobilizaram suas atenções nos serviços hospitalares, ampliando o número de leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI), providenciando insumos como máscaras e respiradores pulmonares (MEDINA *et al*, 2020).

Além dos impactos diretos sentidos em matéria de saúde pública, a pandemia configura-se como um problema sistêmico, em que seus estragos repercutem nos sistemas de saúde, econômicos e financeiros, na educação, nos serviços públicos e privados, e afetando, naturalmente, o psicológico dos indivíduos na sociedade (FES-BRASIL, 2020). Se tratando de questões econômicas: quando, com que rapidez e intensidade as economias conseguirão se reerguer das consequências da pandemia, depende das estratégias de contenção do vírus, bem como “[...] da eficácia das políticas projetadas para lidar com os efeitos econômicos negativos da pandemia” é o que afirma Otaviano Canuto (2020, p.4).

Problemas econômicos e sociais surgem como fortes consequências da situação atual, escancarando antigos problemas estruturais vivenciados no Brasil, como a desigualdade social (FALQUETE, MORA e MARTELLI, 2020). No entanto, as maiores dificuldades se preconizam nos desafios enfrentados pela gestão da saúde pública. Em uma entrevista realizada pelo jornal “A Economia B”, Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), analisa como a pandemia da COVID-19 deve afetar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Quando perguntada sobre qual área da Agenda 2030 seria a mais afetada pela pandemia, Grossi (2020 apud PEREIRA, 2020) é enfática ao afirmar: “A área da saúde, logicamente.”, e dando continuidade em seu argumento, ela diz que “a saúde deve ser entendida como fundamental para o desenvolvimento econômico e social e este, quando equitativo e inclusivo, contribui para a saúde das populações.”

Quando adentramos nas medidas de contenção da COVID-19 adotadas pelo Brasil, apesar do posicionamento técnico-científico da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), dos Conselhos Federal e Estaduais de Medicina, das Associações Médicas, das Universidades, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), conforme pontua Da silva, *et al*. (2020, p.51), a postura adotada pelo Brasil, através do posicionamento do Presidente da República, seguiu uma defesa discursiva e propagandista da economia em detrimento da saúde pública brasileira. Na tentativa de delinear uma lógica econômica, a Presidência da República deu início a campanhas como “O Brasil não pode parar”, em que reforçava o retorno das atividades, minimizando os efeitos e gravidade da

situação⁶. De acordo com Gilberto Calil (2020, p. 32), a estratégia do presidente Jair Bolsonaro baseia-se na ideia de imunidade coletiva, que seria feita através da contaminação generalizada da população. Esse argumento é fortalecido pelo seu posicionamento negacionista, em que minimiza a gravidade da situação, onde, dentre suas falas, subestima a doença, impondo sinônimos como *gripezinha* e *resfriadinho* para a COVID-19, durante pronunciamento ao Brasil no dia 24 de março de 2020 (PLANALTO, 2020).

Enquanto isso, os governos subnacionais brasileiros, representados pelos prefeitos e governadores, em alguns casos buscaram assumir o papel de protagonistas nas ações de combate à pandemia, onde, além da guerra sanitária travada contra o coronavírus, tiveram que enfrentar as amarras burocráticas, somadas à retórica nacionalista e populista personificada pelo Presidente da República. Cabe destacar, que alguns governos estaduais e municípios brasileiros continuaram seguindo as orientações do Presidente da República após pronunciamento em 24 de março de 2020 (PLANALTO, 2020), em que solicitou “retorno à normalidade” e “fim do confinamento em massa”. Dos 27 estados, apenas o governador de Roraima, Coronel Marcos Rocha (PSL), e o governador de Roraima Antônio Denarium (PSL) não se manifestaram diante da situação, demonstrando posição favorável ao governo federal (G1, 2020).

Em relação às questões federais, leis e decretos, formulados e editados durante a pandemia pela presidência da república, revelam “a tentativa do Governo Federal de impor limitações aos Governos Subnacionais no tocante às decisões vinculadas às medidas de distanciamento social” (DA SILVA, *et al*, 2020, p.60). Tendo em vista questões conflitantes no nível federativo, durante sessões do plenário da corte, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram que estados e municípios possuem autonomia para atuar em meio à pandemia, determinando medidas em matéria de saúde pública, como questões de isolamento social e regulamentações de quarentenas (TEIXEIRA, 2020). Além disso, o ministro Ricardo Lewandowski (*apud* TEIXEIRA, 2020) entende que “a cooperação entre os entes federados não pode ser imposta por lei”, mas ressalta o diálogo e a liderança política como importantes elementos na construção de um federalismo cooperativo. O parecer do Supremo Tribunal Federal forneceu legitimidade e substância para as ações dos governos subnacionais, guarnecendo prerrogativas legais para a atuação desses entes de acordo com suas responsabilidades.

A intensificação das tensões existentes e a falta de coordenação dos entes federados com o governo federal para conter o avanço da doença, abre espaço para que governos subnacionais

⁶ CNN, São Paulo. Governo lança campanha 'Brasil Não Pode Parar' contra medidas de isolamento Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/27/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento>. Acesso em: 01 maio 2021.

busquem alternativas para lidar com a situação através de outras vias. Quando o governo federal demonstra incapacidade em atender as demandas municipais e estaduais de maneira efetiva, prefeitos e governadores, em alguns casos, encontram no cenário internacional, oportunidades de realizar ações em busca de reverter a situação.

Apesar das ações do Consórcio Nordeste terem se destacado durante a pandemia, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) surge em 2019 como um instrumento político, jurídico e econômico que integra os nove estados do Nordeste⁷, em que se pretende atrair investimentos e realizar projetos de maneira integrada (CONSÓRCIO NORDESTE, 2019). Quando olhamos para o cenário pandêmico, a articulação entre os governadores do Nordeste objetiva “coordenar e orientar as medidas de combate à pandemia nos estados nordestinos, em função da omissão do Governo Federal em liderar tal iniciativa” (ARAÚJO e SILVA, 2020, p.7).

Reconhecendo a gravidade da situação, os governadores do Nordeste escreveram uma carta no dia 25 de março de 2020, manifestando posicionamento em favor das recomendações técnicas e científicas, das medidas de isolamento e do distanciamento social e contrário ao governo federal (ROSSI e ARAÚJO, 2020). Na Carta dos Governadores do Nordeste, os argumentos revelam a insatisfação dos governadores quanto ao posicionamento do governo federal, onde se destacam os seguintes pontos

- 5 – Entendemos que cabe ao Governo Federal ação urgente voltada aos trabalhadores informais e autônomos. Agressões e brigas não salvarão o País. O Brasil precisa de responsabilidade e serenidade para encontrar soluções equilibradas;
- 6 – Ao mesmo tempo, solicitamos a necessidade urgente de uma coordenação e cooperação nacional para proteger empregos e a sobrevivência dos mais pobres;
- 7 - Ficamos frustrados com o posicionamento agressivo da Presidência da República, que deveria exercer o seu papel de liderança e coalizão em nome do Brasil. (CONSÓRCIO NORDESTE, 2020)

Por meio da Resolução n.º 05/2020, o Consórcio Nordeste instaura o “Comitê Científico de apoio ao combate da pandemia do novo coronavírus”, em que se busca auxiliar os estados nordestinos “na adoção de medidas para a prevenção, o controle e a contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, de modo a evitar a disseminação da doença e a estruturação do sistema de saúde para o atendimento da população” (CONSÓRCIO NORDESTE, 2021).

⁷ Assinaram o protocolo de criação do Consórcio Nordeste, os governadores: Flávio Dino (Maranhão), Wellington Dias (Piauí), Rui Costa (Bahia), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Paulo Câmara (Pernambuco) José Luciano Barbosa da Silva (Alagoas), João Azevedo (Paraíba) e Belivaldo Chagas (Sergipe). Fonte: Carta dos Governadores. Encontro dos Governadores do Nordeste, Gestão 2019-202, São Luís (MA).

Enquanto o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tecia críticas sem fundamentos em suas redes sociais, em que acusou a China pela disseminação da doença, gerando crise diplomática pretensiosamente, governadores do nordeste lamentaram a situação, e enviaram um ofício solicitando apoio de materiais médicos e hospitalares da China para combater o coronavírus. Em resposta, o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, reitera esforço em prestar ajuda (CNN, 2020; SEPLAN, 2020).

Em meio a grande disputa internacional por equipamentos de saúde, o Consórcio Nordeste contratou uma revendedora de uma fabricante chinesa de ventiladores pulmonares. Em pagamento adiantado de R\$ 48,7 milhões na compra de 300 respiradores, o Consórcio buscou garantir acesso aos equipamentos. No entanto, diante de um atraso e suspeitas de fraude⁸, o Consórcio acionou a justiça para reaver o investimento (CASTRO, 2020). Já em março de 2021, o governador do Piauí e também atual presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias (PT), celebrou um contrato de compra de doses da vacina Sputnik V, contrato este realizado com o Ministério da Saúde e o Fundo Soberano Russo. Além das 37 milhões de doses da vacina adquiridas, a iniciativa busca disponibilizar doses em função do Plano Nacional de Imunização (CONSÓRCIO NORDESTE, 2021).

Essas ações demonstram o protagonismo do Consórcio Nordeste em meio à pandemia, apesar da inexperiência na atuação internacional, evidenciada pela compra frustrada de respiradores, onde a articulação política dos governadores busca soluções de maneira coordenada e fundamentada em seu Comitê Científico para controlar a situação, diante da falta de protagonismo do governo federal.

Além da iniciativa dos governadores nordestinos através do Consórcio Nordeste, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) também se reuniu em apelo a entes internacionais, em momento que o país atingia maior número de mortes diárias pela COVID-19 no mundo todo. Prefeitos e prefeitas se uniram para destacar suas responsabilidades no combate à pandemia e objetivavam repercutir a mensagem além das fronteiras nacionais. Em um vídeo⁹ produzido pela iniciativa, eles dizem:

⁸ De acordo com investigações da Polícia Federal da Bahia, a empresa Hempcare, contratada para entregar os aparelhos, nunca teve equipamentos. Em operação, três pessoas foram presas por estelionato devido à fraude no fornecimento dos respiradores. G1, Bahia. 'Nunca teve equipamentos', diz delegada sobre empresa que deixou de entregar respiradores a estados do Nordeste. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/01/nunca-teve-equipamentos-diz-delegada-sobre-empresa-que-deixou-de-entregar-respiradores-a-estados-do-nordeste.ghtml>. Acesso em 05 mai 2021.

⁹ Na elaboração do vídeo, participou o presidente da FNP, Jonas Donizette, e os prefeitos do Rio de Janeiro/RJ, Eduardo Paes; de Aracaju/SE, Edvaldo Nogueira; de Florianópolis/SC, Gean Loureiro; de Salvador/BA, Bruno Reis; de Belém/PA, Edmilson Rodrigues; de Fortaleza/CE, José Sarto; de Caruaru/PE, Raquel Lyra; e de Pelotas/RS, Paula Mascarenhas.

"Acreditamos que, com a ajuda de outras nações, podemos disponibilizar leitos, medicamentos, testagem gratuita, vacinas, oxigênio, auxílio às populações mais vulneráveis [...] Por isso, estamos unidos pedindo socorro" (FNP, 2021).

Outro marco importante protagonizado pela FNP é o Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (Conectar). A proposta do projeto foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e permite que estados e municípios participem de negociações de vacinas contra a COVID-19. Nestes termos, o Conectar tem uma negociação em andamento com o Fundo Soberano Russo (RDIF) para a aquisição de 30 milhões de imunizantes, previstas para serem entregues até dezembro de 2021 (FNP, 2021).

A atuação dos entes brasileiros não se limitara apenas ao âmbito da cooperação interestadual e das redes de cidades. Durante a pandemia, ações internacionais foram, e estão sendo realizadas também em termos bilaterais, em que governos subnacionais se projetam para garantir seus interesses no ambiente internacional.

Um caso paradiplomático emblemático foi a atuação do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB agora PSB), em que, através de uma “operação de guerra”, comprou no mercado internacional mais de cem respiradores à revelia do Governo Federal, em um momento de acirrada competição internacional por materiais e equipamentos médicos (ALVARENGA *et al.* 2020). Para conseguir os insumos, o governo do Maranhão teve que elaborar uma estratégia bastante coordenada, envolvendo mais de 30 pessoas, com um custo de R\$ 6 milhões na operação. Em tentativas anteriores, a compra foi desviada pelos Estados Unidos e Alemanha, que pagaram mais alto para a obter os materiais vindos da China, e depois, o próprio governo federal brasileiro confiscou a carga. Com o estabelecimento de uma rota alternativa, a carga com 107 respiradores e 200 mil máscaras foi entregue ao destinatário (MATTOSO *et al.* 2020; CONGRESSO EM FOCO, 2020).

A Prefeitura do Rio de Janeiro exerce papel relevante no âmbito da cooperação internacional no combate à COVID-19. Em iniciativa criada pela Coordenadoria Geral de Relações Internacionais (CGRI do município do RJ), a ação “Rio+Internacional contra a COVID-19”, busca fortalecer o diálogo com cidades internacionais, onde são realizados encontros virtuais com a participação de órgãos públicos, e cidades asiáticas, europeias e americanas para o intercâmbio de boas práticas. A cidade enfatiza que o desenvolvimento da cooperação internacional é um importante complemento no combate à pandemia, e auxilia também na imagem da cidade no cenário internacional (PREFEITURA RIO DE JANEIRO, 2020).

Em São Paulo, a área de Relações Internacionais vem produzindo mensalmente um levantamento internacional sobre ações e boas práticas no enfrentamento da Covid-19, com o

objetivo de divulgar informações relevantes no combate ao coronavírus (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021).

A Diretoria de Relações Internacionais (SUAIE/SMDE) da Prefeitura de Belo Horizonte reforça seu ativismo nas práticas internacionais, e produz semanalmente o “Repositório de Recomendações e Boas Práticas Internacionais em Resposta ao COVID-19”. O documento traz importantes diretrizes e recomendações de organismos internacionais adaptados à realidade local. Através de programas e ações em diversas áreas, a experiência de governos internacionais auxilia a prefeitura na implementação de medidas no combate à pandemia (FRANÇA, 2020).

A prefeitura municipal de Curitiba reconhece a cooperação internacional como instrumento importante para o combate à pandemia. As ações da prefeitura foram realizadas por meio da Assessoria de Relações Internacionais da cidade, onde além de garantir o intercâmbio de insumos para área da saúde, proporcionou a repatriação de curitibanos, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). A capital do Paraná se adaptou ao cenário digital e realiza videoconferências e visitas virtuais para debater assuntos internacionais, garantindo assim a continuidade dos assuntos da assessoria (PREFEITURA DE CURITIBA, 2020).

Seguindo a trajetória do Consórcio Nordeste, municípios do Rio Grande do Sul pediram apoio à China, através do embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, o envio de materiais médicos, insumos hospitalares e equipamentos. A Associação dos Municípios da Zona de Produção (AMZOP), em que consta 43 municípios do estado do Rio Grande do Sul, elogia a atuação da China, afirmando que o país “acaba de viver um problema semelhante, do qual saiu vitoriosa, por meio de uma guerra do povo contra o vírus” e reconhecendo o momento delicado do seu sistema público de saúde, realiza o apelo (AMZOP, 2020).

No Amazonas, em dado momento crítico no enfrentamento da pandemia da covid-19, a partir do crescente número de casos, o estado realizou apelos para que não faltasse oxigênio para tratar os pacientes (JORDÃO, 2021). O colapso na saúde pública do estado fez com que recursos enviados do governo federal e dos estados vizinhos fossem insuficientes para lidar com a situação. Diante do ocorrido, o governo venezuelano de Nicolás Maduro anunciou o envio de 130 mil litros de oxigênio para a capital amazonense (SINGER e SCHIMIDT, 2021).

Verifica-se, portanto, que o contexto da pandemia, bem como a condição política doméstica brasileira, acabou criando situações oportunas de tal maneira que cidades e estados brasileiros assumiram certa autonomia e passaram a se engajar em assuntos internacionais com mais intensidade.

4. JOÃO PESSOA, PARADIPLOMACIA E A PANDEMIA

João Pessoa é a capital do estado da Paraíba, localizada no Nordeste do país. De acordo com dados do IBGE (2020), a cidade tem uma população estimada em 2020 de 817.511 habitantes. Quando observamos a Região Metropolitana de João Pessoa¹⁰, esta que compreende João Pessoa e mais onze municípios paraibanos, possui mais de 1 milhão de habitantes. Construída às margens do Rio Sanhauá, um afluente do Rio Paraíba, a cidade de João Pessoa é a terceira cidade mais antiga do Brasil, com 435 anos de história e cultura¹¹.

A cidade de João Pessoa está situada em um dos menores e menos internacionalizados estados da federação. Com relação à sua balança comercial, a Paraíba em 2020 exportou US\$ 125,27 milhões de dólares e importou US\$ 504,63 milhões, apresentando um saldo de US\$ -379,36 milhões de dólares em sua Balança Comercial (FIEP, 2020). A participação do estado no mesmo ano foi de 0,060% nas exportações nacionais, e 0,32% nas importações, sendo o 25º lugar nas exportações do país (MDIC, 2020).

Dentre os municípios paraibanos, João Pessoa é o 6º município no ranking de exportações do estado, mas é a cidade que possui o maior número de iniciativas e projetos internacionais. Em pesquisa realizada por Azevedo (2017), em que se explora o caso da paradiplomacia municipal pessoense, temos que a participação da cidade no cenário internacional tem início partir de 1980, quando o então prefeito Wilson Leite Braga (PFL) firma um acordo de cooperação com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), com o intuito de restaurar o centro histórico da cidade. Apesar deste ser um marco paradiplomático importante para a cidade de João Pessoa, percebe-se que não houve continuidade em termos de novas iniciativas internacionais. Com base na trajetória internacional da cidade, ilustrada na Figura 1, podemos identificar que depois da primeira iniciativa, houve um período de 22 anos sem nenhuma ação internacional envolvendo a cidade de João Pessoa e cidades estrangeiras¹². Para o nosso presente estudo, a falta de engajamento internacional durante esse período merece destaque.

¹⁰ Capítulo 1 da Lei Complementar Estadual 59/2003: Art. 1.º: fica criada a Região Metropolitana de João Pessoa, integrada pelos Municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita, na forma prevista no art. 24 da Constituição do Estado da Paraíba. Fonte: Estado da Paraíba. Lei Complementar. Disponível em: https://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/2003_CRIA_A_REGIAO_METROPOLITANA_DE_JOAO_PESSOA.pdf. Acesso em: 15 jun 2021.

¹¹ JOÃO PESSOA. Um pouco da sua história. Disponível em: <https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/um-pouco-da-sua-historia/>. Acesso em: 15 jun 2021.

¹² Essas afirmações são feitas com base em estudos realizados por Azevedo (2017) e Medeiros (2020), em que houve um esforço investigativo sobre a realidade paradiplomática da cidade de João Pessoa.

Figura 1. Trajetória das ações e projetos internacionais da cidade de João Pessoa



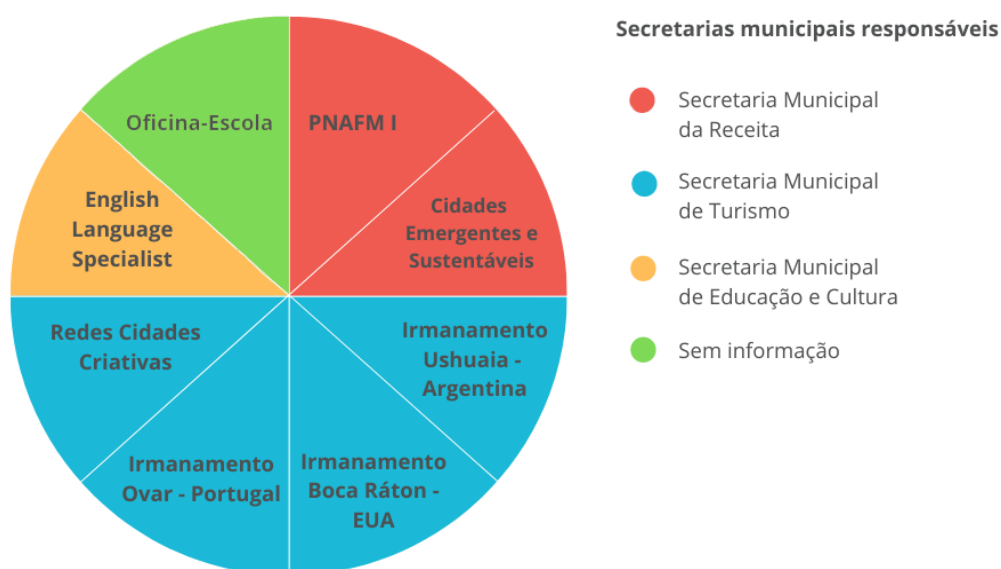
Fonte: Adaptado pelo autor a partir do quadro de Medeiros (2020, p.16)

Depois do mandato de Wilson Braga (PFL), temos o mandato de Carlos Mangueira (PFL), vice-prefeito eleito no cargo de prefeito, posteriormente Francisco Franca (PDT), e logo em seguida, temos dois mandatos consecutivos de Cícero Lucena (PMDB, 1997-2000; PSDB, 2001-2004). Segundo a análise investigativa produzida por Azevedo (2017, p.59), sobre a administração de Cícero Lucena, durante o período "nada foi feito quanto às práticas diplomáticas" e "nada foi encontrado sobre realização de acordos internacionais, participação em redes de cidades, realização de convênios com países estrangeiros ou organizações multilaterais, criação de estruturas de relações internacionais e etc.". Em 2021, Cícero Lucena (PP) retorna ao título de prefeito da cidade de João Pessoa, agora enfrentando o desafio de uma pandemia pela frente. Durante a campanha eleitoral, o candidato Cícero Lucena descartou a possibilidade realizar a implantação de *lockdown* na cidade, e enfatizou a criação de "comitê intersetorial" para discutir ações contra a pandemia (CORREIO, 2020; JORNAL DA PARAÍBA 2020).

Apesar do caso de João Pessoa revelar que grande parte de suas ações internacionais partiram de secretarias municipais, sabe-se que a figura do prefeito e seus interesses pelo tema são fundamentais para a consolidação de estratégias internacionais efetivas.

Dando sequência aos estudos sobre a realidade paradiplomática da cidade de João Pessoa, Medeiros (2020) realiza um mapeamento das ações realizadas até então e, a partir de entrevistas com gestores locais, consegue extrair informações relevantes sobre a área internacional da cidade. Observa-se, nessa linha, uma movimentação mais acentuada em torno da organização das atividades internacionais da cidade de João Pessoa a partir de 2013.

Figura 2. Secretarias responsáveis pelas ações e projetos realizados



Fonte: Adaptado pelo autor partir do quadro de Medeiros (2020, p.17)

A partir da análise da figura 2, é possível verificar que a cidade de João Pessoa conduz suas atividades paradiplomáticas de modo descentralizado, onde diferentes secretarias elaboram ações e projetos de acordo com suas áreas temáticas. A não existência de uma secretaria ou escritório especializado na área de relações internacionais faz com que esses agentes busquem, individualmente, estabelecer contatos internacionais, mesmo sem ter a institucionalização das atividades através de um aparato público municipal para isso (FRÓIO e MEDEIROS, 2020). Além disso, “no âmbito de cada secretaria não há um funcionário específico para tratar de assuntos internacionais e as negociações dos acordos e parcerias são desenvolvidas diretamente entre o Prefeito e o parceiro internacional.” (MEDEIROS, 2020, p.17).

Com relação às principais áreas de atuação, Medeiros (2020, p.18-24) fornece um panorama sobre as ações internacionais da cidade de João Pessoa, detalhando os objetivos dos projetos realizados. De maneira resumida, os temas que envolvem “turismo, cultura, educação, modernização da gestão local, e meio ambiente e políticas urbanas” são as áreas que se encontram os projetos realizados pela cidade.

No que concerne à pandemia, sob o comando dos prefeitos, Luciano Cartaxo (PSD) e posteriormente Cícero Lucena (PP), que iniciou seu mandato no início de 2021, João Pessoa enfrentou o grande desafio de frear o contágio do coronavírus na capital.

Ao realizar um levantamento das principais ações e medidas do governo municipal de João Pessoa no combate ao coronavírus, principalmente em notícias e informações publicadas no portal da Prefeitura de João Pessoa, foram encontrados 977 registros com o termo "coronavírus", onde através pesquisa sistemática

Nos momentos iniciais da pandemia, em fevereiro de 2020, profissionais da Vigilância Epidemiológica (VIEP) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da cidade de João Pessoa realizaram medidas de monitoramento de casos suspeitos da doença. Ainda sem casos confirmados na capital, o objetivo da ação era identificar e diagnosticar os casos de maneira precoce (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020a).

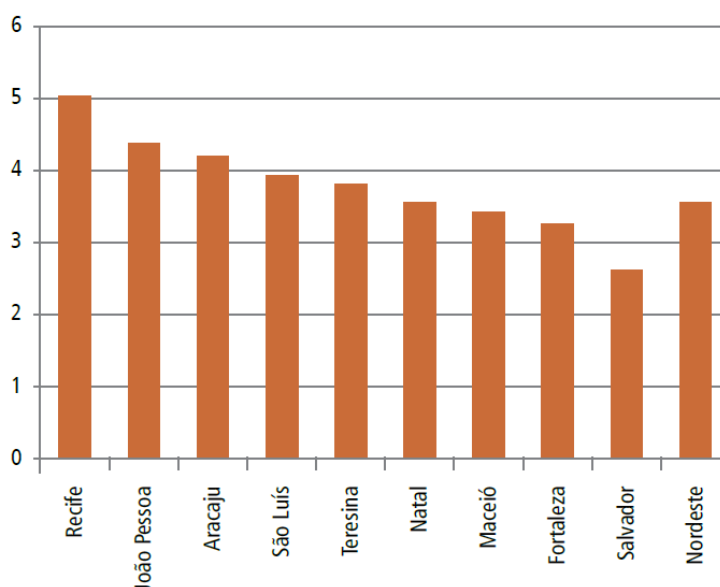
Durante reunião por videoconferência em março, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, Luciano Cartaxo apresentou as medidas que foram adotadas pela prefeitura nesta fase inicial, e solicitou insumos médicos, como respiradores, monitores e equipamentos de proteção individual (EPI). Enquanto Luciano Cartaxo buscou evidenciar apoio do governo federal, em reforçar a coordenação interfederativa, Jair Bolsonaro disse que iria buscar atender às necessidades dos prefeitos, mas minimiza a situação, destacando o papel de outros atores durante a pandemia. Em suas palavras durante a videoconferência, o presidente da República afirma: “Há um alarmismo muito grande por parte da grande mídia, mas no que for possível, atenderemos, até porque é nossa obrigação fazer isso aí” (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020b).

Depois dos 20 primeiros casos confirmados da doença, no dia 6 de abril de 2020, o prefeito Luciano Cartaxo decreta estado de calamidade pública na cidade. A partir do agravamento da situação, a medida garante maior agilidade nas decisões tomadas pelo “Núcleo Intersetorial de Combate ao novo coronavírus” (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020c). No mesmo dia, é criado um Portal da Transparência, com o objetivo de acompanhar o monitoramento dos casos e fornecer recomendações de saúde. Além disso, é possível fiscalizar as despesas, licitações,

contratos, legislações e ações realizadas pela prefeitura durante a pandemia (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020d).

Com a crescente no número de casos a partir do mês de abril de 2020, medidas foram tomadas para conter o avanço do vírus. As ações se concretizaram na implementação de barreiras sanitárias, desinfecção de ruas e avenidas, fiscalização do comércio, e trabalho educativo sobre recomendações de saúde (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020e). Durante os períodos de maior necessidade, a cidade disponibilizou 268 leitos e um hospital exclusivo para o tratamento da doença, também contou com o apoio da contratação de 471 profissionais da área da saúde para reforçar no enfrentamento da situação (PREFEITURA JOÃO PESSOA, 2020f).

Figura 3. Leitos existentes por 1000 habitantes



Fonte: João Pessoa Sustentável: Plano de ação (apud Ministério da Saúde - Cadastro Nacional, 2014, p.28)

A cidade de João Pessoa se encontra numa posição favorável em relação ao número de leitos existentes por habitantes, em comparação às outras capitais do Nordeste. O sistema público municipal de João Pessoa atende a uma região metropolitana composta por 13 municípios e mais de 1,3 milhão de habitantes (PLANO DE AÇÃO, 2014). Apesar dos números, devido a crises causadas pelo coronavírus em março de 2021, o sistema público municipal chegou a ter uma taxa de ocupação de leitos de UTI de 93,5% na capital (JORNAL DA PARAÍBA, 2021).

Diante de uma possível melhora no quadro geral da cidade, considerando o número de novos casos, a redução na ocupação de leitos de UTI, a diminuição do fluxo nas UPAS e a redução

do número de óbitos por COVID-19, em junho de 2020, o prefeito Luciano Cartaxo apresenta o “Plano Estratégico de Flexibilização”, composto por quatro etapas e que objetiva realizar a reabertura gradual das atividades econômicas na cidade (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020g). Durante pronunciamento em 31 de maio de 2020, Luciano Cartaxo afirma que a prioridade no momento é salvar vidas, e nesse sentido, aponta as ações e medidas que foram realizadas. Além disso, o gestor enfatiza a importância da reconstrução das atividades econômicas e sociais no momento certo. Em suas palavras: “O mundo enfrenta grandes desafios nesta pandemia: proteger a vida e reconstruir a economia. O caminho precisa ser um só, mas ele tem tempos diferentes.” (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020h).

A flexibilização adotada termina com isolamento social rígido antes praticado, e inicia-se a retomada de atividades econômicas de maneira gradual, respeitando regras como o distanciamento mínimo de 1,5 metros, disponibilização de álcool 70% no local, uso obrigatório de máscaras, entre outras recomendações sanitárias (PREFEITURA JOÃO PESSOA, 2020f).

As etapas seguintes do Plano de Flexibilização da cidade de João Pessoa continuaram providenciando orientações para a retomada de novos segmentos dos setores econômicos, tendo como base os indicadores mencionados anteriormente, e seguindo as orientações do “Núcleo Intersetorial de Combate ao novo coronavírus” da cidade. Entre períodos de restrições e flexibilizações, o prefeito Cícero Lucena coordenou ações com prefeitos da região metropolitana de João Pessoa para discutir medidas de prevenção contra a COVID-19 (PREFEITURA JOÃO PESSOA, 2021i).

No início de 2021, a capital paraibana começou a campanha de vacinação contra a COVID-19, utilizando o imunizante desenvolvido pelo laboratório Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. A decisão da utilização das doses e os grupos prioritários a receberem a vacina, é feito de acordo com decisão entre Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), Prefeitura e Governo do Estado da Paraíba (PREFEITURA JOÃO PESSOA, 2021j). Até o dia 14 de maio de 2021, foram aplicadas 309.369 doses da vacina contra COVID-19 em João Pessoa (TRANSPARÊNCIA JOÃO PESSOA, 2021).

Em decorrência da crise emergencial e da situação de calamidade pública decretada, a administração municipal de João Pessoa pôde adotar esforços financeiros para suprir as necessidades locais. A flexibilização das regras de contratações públicas, vem por meio da Lei Federal nº 13.979 de 2020, complementada pelas Medidas Provisórias nº 926 e 951 de 2020, estabelecer medidas excepcionais que regulamentam esses processos. Essas contratações emergenciais são acompanhadas pela necessidade de transparência das informações por parte dos municípios, onde no art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, tem-se que serão disponibilizadas todas

as informações no site da prefeitura, referentes às aquisições ou contratações (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2020, p.2).

Seguindo os parâmetros fixados pelas “Recomendações para Transparência de Contratações Emergenciais em Resposta à Covid-19”, a cidade de João Pessoa destaca-se entre as demais capitais brasileiras, pelos esforços em fornecer as devidas informações das contratações emergenciais. Em classificação feita pela ONG Transparência Internacional, a cidade se encontrou no topo do ranking 4 vezes consecutivas (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020k). Na primeira vez, a cidade atingiu a marca de 88,61 pontos, sendo o resultado considerado ótimo, enquanto a média das capitais foi de 45 pontos (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020l). Nas demais vezes, João Pessoa melhorou seus mecanismos de transparência, e atingiu a nota máxima de 100 pontos. Esses resultados evidenciam o cumprimento efetivo da Lei Federal nº 13.979/2020, que regulamenta a adoção de medidas emergenciais no combate ao coronavírus (PREFEITURA JOÃO PESSOA, 2020m, n, o).

Durante a pandemia, as iniciativas de caráter internacional realizadas pela cidade de João Pessoa foram poucas. Tendo em vista a fragilidade das comunidades mais carentes da capital, o prefeito Luciano Cartaxo (PSD) comunica uma iniciativa através da parceria internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em abril de 2020. A iniciativa faz parte do projeto “João Pessoa Cidade Sustentável”, um plano estratégico da “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na cidade de João Pessoa (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020p). O repasse no valor de R\$ 2,7 milhões, estima beneficiar mais de 40 mil pessoas que vivem em área de risco, com um total de 20 mil cestas nutricionais distribuídas, acompanhadas também por ‘kits’ de higiene (PEREIRA, 2020).

A capital João Pessoa, anunciada como Cidade Criativa pela Unesco em 2017, buscou coordenar ações durante a pandemia no setor criativo e cultural da cidade através do “Programa João Pessoa Cidade Criativa do Artesanato” (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020q). Dentre as seis ações realizadas até o momento durante a pandemia, a Reunião Virtual Cidades Criativas da América Latina e Caribe, que aconteceu em agosto de 2020, se destaca devido ao seu caráter internacional. A reunião virtual contou com a participação da cidade de João Pessoa como a única cidade brasileira no evento, entre as cidades de Ayacucho (Peru), Areguá (Paraguai), Jacmel (Haiti), Durán (Equador), Nassau (Bahamas), San Cristobal de Las Casas (México) e Trinidad (Bolívia) (CLICK PB. 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do coronavírus consiste em um período marcante na história da humanidade. No caso brasileiro, as dificuldades se encontram não apenas nos sistemas de saúde público, mas também no âmbito político do federalismo. As estratégias adotadas e as medidas de contenção ao enfrentamento do vírus evidenciam entraves nos níveis federativos, impactando assim os processos decisórios em meio à rápida disseminação da doença. A falta de coordenação federativa, marcada pela ausência de protagonismo do governo federal, foi indicativo no papel dos entes federados em assumir as devidas responsabilidades e cuidados em suas localidades e regiões. Em ocasiões, governos subnacionais encontram no ambiente internacional oportunidades de solucionar questões que internamente não foram capazes.

A partir da dissonância federativa quanto às obrigações dos entes federados, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal reflete a autonomia dos estados e municípios no combate à pandemia, sendo estes atores responsáveis por tomar medidas como questões de isolamento social e funcionamento de serviços essenciais. Ainda assim, ressalta-se a centralidade na coordenação de políticas públicas sob âmbito do governo federal (RODRIGUES e AZEVEDO, 2020).

Os governadores do Nordeste demonstraram protagonismos com relação às ações e medidas tomadas em meio a pandemia por meio do Consórcio Nordeste. Mais do que o resultado de suas iniciativas, o posicionamento destes atores torna visível a divisão político-partidária existente no federalismo brasileiro, em que há uma clara oposição ao discurso e ações da presidência da república, quando contrárias às recomendações de organismos internacionais e órgãos técnico-científicos de saúde.

As ações internacionais de governos subnacionais brasileiros revelaram a cooperação internacional como sendo um importante complemento das políticas públicas realizadas no âmbito local. Quando as necessidades desses atores encontraram dificuldades em se concretizar, o cenário internacional provou ser um importante ambiente para se recorrer. A imersão dos entes federados no âmbito internacional durante a pandemia se fundamenta prioritariamente a partir da emergência em resolver questões sanitárias, em momentos que os recursos do governo federal se mostraram insuficientes para suprir as necessidades de estados e municípios, sendo a maioria dos movimentos internacionais na área de saúde, identificado na obtenção de recursos médicos e hospitalares.

No contexto pandêmico, as capitais demonstraram ser importantes arenas nas relações políticas e institucionais na federação. A influência socioeconômica das capitais dos estados brasileiros se mostrou fundamental na tentativa de conter o avanço do coronavírus. Nesse sentido, a cidade de João Pessoa buscou atuar de maneira coordenada, em ações e medidas que envolviam

o Núcleo Intersetorial de Combate ao novo coronavírus, o Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Governo do Estado da Paraíba.

João Pessoa, apesar de não ser um exemplo nacional no combate ao coronavírus, em termos de elaboração de políticas públicas para a contenção do vírus, destaca-se em matéria de transparência das atividades emergenciais durante a pandemia. Este ponto positivo revela o esforço da cidade em fornecer informações sobre doações realizadas, medidas de estímulo econômico e proteção social. Durante a pandemia, a iniciativa internacional em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta um caráter de continuidade no projeto adotado anteriormente com o organismo internacional. As ações voltadas ao setor criativo e cultural, por meio do “Programa João Pessoa Cidade Criativa do Artesanato” enfatizam a possibilidade de estabelecer reuniões virtuais com cidades internacionais. A partir de reuniões virtuais e videoconferências, é possível estabelecer troca de informações e conhecimentos através de meios digitais, tendo em vista as limitações de locomoção nos últimos tempos.

Apesar do cenário internacional sinalizar uma importante alternativa para atender às necessidades dos governos subnacionais, em que pôde ser observado certo ativismo e maior autonomia dos entes federados brasileiros durante a pandemia partir da sinalizada ineficiência do governo federal em atender as demandas das cidades e governos estaduais, podemos constatar que a participação da cidade de João Pessoa no ambiente internacional não apresentou mudanças em seu engajamento. A falta de elaboração de novas iniciativas e projetos internacionais para a cidade de João Pessoa acompanhou a trajetória internacional da cidade, em que apesar do tímido crescimento do engajamento da cidade a partir de 2013, permanece sem grandes mudanças na área, com uma atuação internacional tênue.

Embora João Pessoa seja uma capital, o ativismo paradiplomático ainda se encontra centrado no Governo do Estado. A atuação dos governos estaduais durante a pandemia, principalmente no caso nordestino, revelou significativas considerações com relação às questões de autonomia federativa. Enquanto os planos do governo do estado da Paraíba apresentaram traços mais semelhantes ao do governo central, a partir da elaboração de diretrizes, a cidade de João Pessoa adequou-se às orientações coordenadas pelo governo estadual.

Os exemplos das atividades internacionais realizadas por outras cidades, embora do ponto de vista econômico e da relevância internacional sejam consideravelmente maiores que a cidade de João Pessoa, indicam, através de exemplos, como a cooperação internacional foi conduzida a partir de reuniões virtuais. O engajamento de cidades como Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo demonstram a importância de haver um organismo específico para tratar das relações internacionais da cidade. Ações no sentido de compartilhar boas práticas internacionais

reforçam a imagem da cidade internacionalmente e poderia ser utilizado pela cidade de João Pessoa, conforme seu bom posicionamento relacionado à gestão da pandemia e à transparência nos contratos emergenciais, por exemplo.

Embora seja impreciso apontar quaisquer direções sobre o caminho internacional da cidade de João Pessoa, o momento de impactos e mudanças em estruturas sociais, econômicas e políticas a partir da pandemia, pode fazer com que a cidade repense questões como suas responsabilidades e autonomia no sistema federativo, e na capacidade do município em responder às demandas de sua localidade. No entanto, de acordo com o baixo engajamento que a cidade de João Pessoa demonstrou durante a pandemia, mesmo a partir de motivações adicionais causadas devido ao contexto da pandemia, a atuação internacional da cidade de João Pessoa deve permanecer com baixo nível de participação.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G. **Itália pagou preço alto ao resistir a medidas de isolamento social para conter coronavírus.** El País Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-25/italia-pagou-preco-alto-ao-resistir-a-medidas-de-isolamento-social-para-conter-coronavirus.html>. Acesso em: 30 abr. 2021.

AQUINO E, Silveira IH, Pescarini J, Aquino R, Souza-Filho JA. **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil.** Ciênc Saúde Colet 2020; 25 Suppl 1:2423-46

ALVARENGA, Alexandre Andrade; ROCHA, Erika Maria Sampaio; FILIPPON, Jonathan; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. **Desafios do Estado brasileiro diante da pandemia de COVID-19: o caso da paradiplomacia maranhense.** Cad. Saúde Pública (Online) ; 36(12): e00155720, 2020.

ARAÚJO, Ian Felipe Costa; SILVA, Jaqueline Victória Santana. **Paradiplomacia e a atuação internacional do Consórcio Nordeste durante a pandemia de covid-19.** Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (DRI-UFS). 2020.

AZEVEDO, João Pedro Rocha. **Paradiplomacia do município de João Pessoa: a vida e a morte de Severina.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - UFPB/CCSA, João Pessoa, 2017.

BARRETO, Maria Inês. **A inserção internacional das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais**. Santiago: X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2005.

BBC, G1. **Coronavírus: como é Wuhan, a cidade chinesa onde surgiu a epidemia de coronavírus e que foi isolada**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/23/coronavirus-como-e-wuhan-a-cidade-chinesa-onde-surgiu-a-epidemia-de-coronavirus-e-que-foi-isolada.ghtml>. Acesso em: 01 maio 2021.

BENITES, Afonso. **Desconfiados de Bolsonaro, governadores recorrem à China por ajuda contra coronavírus**. El País, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-25/desconfiados-de-bolsonaro-governadores-recorrem-a-china-por-ajuda-contra-coronavirus.html>. Acesso em: 14 maio 2020.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. **A paradiplomacia como forma de inserção de unidades subnacionais**. Brasília: Políticas Públicas e Mundial, v.4, n, 1, p 48-67, 2007.

BRASIL DE FATO. **No pior momento da pandemia de covid-19 no AM, oxigênio da Venezuela chega a Manaus**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/20/no-pior-momento-da-pandemia-de-covid-19-no-am-oxigenio-da-venezuela-chega-a-manaus>. Acesso em 14 jun 2021.

BENITES, Afonso. **Desconfiados de Bolsonaro, governadores recorrem à China por ajuda contra coronavírus**. El País, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-25/desconfiados-de-bolsonaro-governadores-recorrem-a-china-por-ajuda-contra-coronavirus.html>. Acesso em: 14 maio 2020.

CALIL, Gilbero Grassi. **A negação da Pandemia: reflexões sobre a estratégias bolsonarista**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021.

CANUTO, Otaviano. **Economia Global pós-Covid 19: Impacto do coronavirus na Economia Global**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, Ano XXXIV Abril, Maio e Junho de 2020. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.

CARTA DOS GOVERNADORES. **Encontro dos Governadores do Nordeste, Gestão 2019-2022**, São Luís (MA). Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/em-sao-luis-joao-azevedo-assina-protocolo-de-criacao-do-consorcio-nordeste-em-encontro-dos-governadores/carta-governadores-ne-assinada.pdf/view>. Acesso em 14 jun 2021.

CASTRO, A. **Consórcio Nordeste aciona Justiça para empresa devolver R\$ 48 milhões.** Diário do Nordeste, 13 de junho de 2020.
<https://diariodoNordeste.verdesmares.com.br/politica/consorcio-Nordeste-aciona-justica-para-empresa-devolver-r-48-milhoes-1.2955167>. Acesso em: 9 maio 2021.

CAVALHEIRO, Carmela Marcuzzo do Canto. **Como Biden fez para legitimar a paradiplomacia?** Jornal Cruzeiro do Sul, 20 março de 2021. Disponível em:
<https://www.jornalcruzeiro.com.br/opiniaao/artigos/como-biden-fez-para-legitimar-a-paradiplomacia/>. Acesso em: 9 maio 2021.

CLARO, Amanda Maria. **Impactos socioeconômicos do coronavírus e outras doenças o mundo e no Brasil.** Universidade de Araraquara, Notícias. Disponível em:
<https://www.uniara.com.br/noticias/47698/artigo-impactos-socioeconomicos-do-coronavirus-e-de-outras-doencas-no-mundo-e-no-brasil/>. Acesso em: 04 maio de 2021.

CNN, Brasil. **Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus; embaixador chinês repudia fala.** 19 de março de 2020. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-embaixador-repudia-fala>. Acesso em: 06 maio 2021.

CNN, São Paulo. **Governo lança campanha 'Brasil Não Pode Parar' contra medidas de isolamento.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/27/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contramedidas-de-isolamento>. Acesso em: 1 maio 2021.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Ações de combate à pandemia. 7 de maio de 2021.** Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/compras-conjuntas-combate-a-pandemia/>. Acesso em: 08 maio 2021.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Consórcio Nordeste celebra contrato de compra de doses da vacina Sputnik V.** 18 de março de 2021. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/consorcio-nordeste-celebra-contrato-de-compra-de-doses-da-vacina-sputinik-v/>. Acesso em: 08 maio 2021.

CONSÓRCIO NORDESTE. **O consórcio.** 11 de junho de 2020. Disponível em:
<http://www.consorcionordeste-ne.com.br/o-consorcio/>. Acesso em: 07 maio 2021.

DA SILVA, Antonio Carlos Nisoli Pereira; REI, Fernando Cardoso Fernandes; BRAGA, Alfésio Luis Ferreira; PEREIRA, Luiz Alberto Amador. **A atuação dos governos subnacionais no enfrentamento da crise pandêmica mundial da covid-19 no Brasil.** In: REI, Fernando; Granziera, Maria Luiza Machado; GONÇALVES, Alcindo. Paradiplomacia Ambiental: Agenda 2030. Editora Universitária Leopoldianum, 2020

DUCHACEK, Ivo D. “**Perforated Sovereignties: towards a typology of new actors in international relations**”. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. (Ed.). *Federalism and International Relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press, 1990.

FALQUETE, H.; BOTELHO MORA, F. E.; MARTELLI, C. G. G. **Saúde Pública e desigualdades: Brasil em tempos de pandemia**. Revista Sem Aspas, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 41–60, 2020. DOI: 10.29373/sas.v9i1.14045. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/14045>. Acesso em: 9 maio 2021.

FIEP. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **FIEP divulga estudo sobre o comércio exterior da paraíba em 2020**. Disponível em: <https://fiepb.com.br/fiep/noticia/fiep-divulga-estudo-sobre-o-comercio-exterior-da-paraiba-em-2020>. Acesso em 11 de jun 2021.

FREITAS, C. M. de; SILVA, I. V. de M. e; CIDADE, N. C.; SILVA, M. A. da; PERES, M. C. M.; NUNES, F. S. B.; FREITAS, M. D. de. **A gestão de Riscos e a Governança na Pandemia por COVID-19 no Brasil**. Relatório Técnico e Sumário Executivo. Observatório COVID-19. Informação para Ação. Carlos Machado de Freitas (coordenador). Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 4/05/2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatoriocepedes-isolamento-social-outras-medidas.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. **Prefeitas e prefeitos pedem socorro diante da situação dramática do Brasil na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.fnp.org.br/noticias/item/2511-prefeitas-e-prefeitos-pedem-socorro-diante-da-situacao-dramatica-do-brasil-na-pandemia?highlight=WyJpbmRlcm5hY2lvbmFsIl0=>. Acesso em 15 jun 2021

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. **Conectar negocia 30 milhões de doses de vacina Sputnik V**. 2021. Disponível em: <https://www.fnp.org.br/noticias/item/2528-conectar-negocia-30-milhoes-de-doses-de-vacina-sputnik-v?highlight=WyJpbmRlcm5hY2lvbmFsIl0=>. Acesso em: 15 jun 2021.

FRÓIO, Líliliana Ramalho. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros**. Recife, 2015. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de pós-graduação em Ciência Política, 2015.

FRÓIO, Líliliana Ramalho; MEDEIROS, Priscylla Emerentina Araújo. **A paradiplomacia paraibana em perspectiva: uma análise dos níveis estadual e municipal do governo**. Universidade Federal da Paraíba. 12º Encontro ABCP. Democracia e Desenvolvimento, 2020.

G1, São Paulo. Globo.com. **Ao menos 25 dos 27 governadores manterão restrições contra coronavírus mesmo após Bolsonaro pedir fim de isolamento.** 25 de março 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/governadoras-reagem-ao-pronunciamento-de-bolsonaro-sobre-coronavirus.ghtml>. Acesso em 05 mai 2021.

GOMES, Francisco Filho. **A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia.** Teste (doutorado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação. Instituto de Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional. Brasília, 2011.

GUIMARÃES, Vinícius César; SILVA, Gabriela Fideles. **COVID-19: Parâmetros internacionais, federalismo e a atuação internacional dos estados e municípios.** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca/SP, Brasil, 2020.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; VASCONCELOS, Wagner. **Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 25-44, maio/jul. 2020.

HOCKING, Brian. **Patrolling the ‘frontier’: globalization, localization and the ‘actorness’ of non-central governments.** In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael. (1999), *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. Londres: Frank Cass Publishers.

ISER, Guillhere de Cruzeiro. **Os entes subnacionais nas relações internacionais: o fenômeno da paradiplomacia.** Porto Alegre, 2013. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alergre, 2013.

JOHN HOPKINS UNIVERSITY. **COVID-19 DASHBOARD by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU).** Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 14 jun 2021.

JORNAL DA PARAÍBA. **Taxa de ocupação de UTI Covid-19 sai de 77% para 59% em João Pessoa.** 2021. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/noticias/taxa-de-ocupacao-de-uti-covid-19-sai-de-77-para-59-em-joao-pessoa.html>. Acesso em: 15 jun 2021.

JORNAL DA PARAÍBA. **Cícero Lucena promete criação de comitê para discutir medidas contra Covid-19 e descarta lockdown em João Pessoa.** Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/eleicoes-2020/cicero-lucena-promete-criacao-de-comite-para-discutir-medidas-contr-covid-19-e-descarta-lockdown-em-jp.html>. Acesso em: 12 jun 2021.

KEATING, Michael. **Regional and international affairs: motives, opportunities and strategies**. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael, 1999: *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. Londres: Frank Cass Publishers.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. 1989. **Power and Interdependence**. Cambridge: Harper Collins.

KINCAID, John. **Constituent diplomacy in federal parties at the Nation State: conflict and political cooperation**. In: MICHELMAN, H. J.; SOLDATOS, P. (Ed.). *Federalism and International Relations: the role of subnational units*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

KLEIMAN, Alberto; CEZARIO, Gustavo de Lima. **Um olhar brasileiro sobre a ação internacional dos governos subnacionais**. In: MILANI, Carlos. R. S.; PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Editora FGV, 2012.

KUNZMANN, Kevin. **WHO, China Report Posits Origins of COVID-19 Pandemic**. *Infection Control Today*. Disponível em: <https://www.infectioncontroltoday.com/view/who-china-report-posit-origins-of-covid-19-pandemic>. Acesso em: 01 maio 2021.

MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa. **As determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

MATTOSO, Camila; SERAPIÃO, Fabião; SETTO, Guilherme. **Maranhão comprou da China, mandou para Etiópia e driblou governo federal para ter respiradores**. 16 abr 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/04/maranhao-comprou-da-china-mandou-para-etioopia-e-driblou-governo-federal-para-ter-respiradores.shtml> Acesso em 15 jun 2021.

MEDEIROS, Priscylla Emerentina Araújo. **A agenda internacional das cidades brasileiras: o caso da cidade de João Pessoa**. TCC (Graduação). Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas. João Pessoa, 2020.

MEDINA, Maria Guadalupe, et al. **Atenção primária à saúde em tempos de COVID-19: o que fazer?** *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, e00149720, jun. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1140/atencao-primaria-a-saude-em-tempos-de-covid-19-o-que-fazer>. Acesso em 09 maio 2021.

MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comex Stat. **Paraíba: Exportações, Importações e Balança Comercial**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em 11 jun 2021.

MICHELMANN, Hans. **Foreign relations in federal countries**. A Global Dialogue on Federalism, Vol. 5. McGill-Queen's University Press, London, 2009.

MIKLOS, Manoela Salem. (2010), **A inserção internacional das unidades subnacionais percebida pelo Estado Nacional: a experiência brasileira**. 149f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas, São Paulo.

OPAS. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. OPAS Brasil, 11 mar. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 01 maio 2021

PAQUIN, Stéphane; KRAVAGNA, Marine, REUCHAMPS, Min. **Paradiplomacy and International Treaty Making: Quebec and Wallonia Compared**. in Min Reuchamps (ed.), *Minority Nations in Multinational Federations: A Comparative Study of Quebec and Wallonia*, London, Routledge, 2015, p. 160–180.

PARAÍBA, Estado da. **Lei Complementar Nº 59, de dezembro de 2003**. Disponível em https://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/2003_CRIA_A_REGIAO_METROPOLITANA_DE_JOAO_PESSOA.pdf. Acesso em 15 jun 2021.

PEREIRA, Edmilson. Paraíba Notícias. **Prefeitura de João Pessoa anuncia distribuição de 20 mil cestas nutricionais e kits de higiene com famílias em situação de vulnerabilidade social**. 2020. Disponível em: <http://www.paraibanoticia.net.br/prefeitura-de-joao-pessoa-anuncia-distribuicao-de-20-mil-cestas-nutricionais-e-kits-de-higiene-com-familias-em-situacao-de-vulnerabilidade-social/>. Acesso em 15 jun 2021.

PEREIRA, Francine. **O impacto da Covid-19 na Agenda 2030 e o futuro pós-pandemia**. Jornal, a Economia B. Julho 6, 2020. Disponível em: <https://www.aeconomiab.com/impacto-pandemia-covid-19-agenda-2030/>. Acesso: 05 maio 2021.

PLANALTO. **Pronunciamento do presidente da República, Jair Bolsonaro**. (4m58s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VL_DYb-XaAE. Acesso em 05 maio 2021.

PLATTO, Sara. WANG, Yanqing. ZHOU, Jinfeng. CARAFOLIN, Ernesto. **History of the COVID-19 pandemic: Origin, explosion, worldwide spreading**. Biochemical and Biophysical Research Communications Volume 538, 29 January 2021, Pages 14-23.

PORTAL CORREIO. **Cícero descarta fechar JP e anuncia primeiras medidas.** Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/video-cicero-descarta-fechar-joao-pessoa-e-anuncia-primeiras-medidas/>. Acesso em: 12 jun 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, João Pessoa. **Painel de Vacinação Contra a COVID-19.** 2021. Disponível em: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/covid-vacinacao/vacinometro>. Acesso em 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. 2020. **Veja as ações de Relações Internacionais durante a pandemia.** Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/veja-as-acoes-de-relacoes-internacionais-durante-a-pandemia/56705> Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, a. **Prefeitura de João Pessoa intensifica ações de prevenção ao coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-de-joao-pessoa-intensifica-acoes-de-prevencao-ao-coronavirus/> Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, b. **Luciano Cartaxo participa de videoconferência com Jair Bolsonaro e ministro da Saúde e solicita cronograma de distribuição de EPIs e respiradores para abertura de novos leitos no enfrentamento ao Coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-participa-de-videoconferencia-com-jair-bolsonaro-e-ministro-da-saude-e-solicita-cronograma-de-distribuicao-de-epis-e-respiradores-para-abertura-de-novos-leitos-no-enfrentamento-ao-coro/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, c. **Prefeitura de João Pessoa decreta calamidade pública para enfrentamento ao novo coronavírus.** Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-de-joao-pessoa-decreta-calamidade-publica-para-enfrentamento-ao-novo-coronavirus/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, d. **Prefeitura cria hotsite sobre coronavírus e Portal da Transparência reúne dados públicos sobre covid-19.** 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-cria-hotsite-sobre-coronavirus-e-portal-da-transparencia-reune-dados-publicos-sobre-covid-19/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, e. **Luciano Cartaxo autoriza início de ‘Operação Proteção’ para conter avanço do coronavírus e orientar população em bairros da Capital.** 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-autoriza-inicio-de-operacao-protecao-para-conter-avanco-do-coronavirus-e-orientar-populacao-em-bairros-da-capital/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, f. **Luciano Cartaxo apresenta Plano Estratégico de Flexibilização em quatro etapas e reabertura gradual das atividades inicia nesta segunda-feira (15).** 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-apresenta-plano-estrategico-de-flexibilizacao-em-quatro-etapas-e-reabertura-gradual-das-atividades-inicia-nesta-segunda-feira-15/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, g. **Em pronunciamento, Luciano Cartaxo afirma que medidas mais rígidas criam condições seguras para plano de retomada da economia.** 2020. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/em-pronunciamento-luciano-cartaxo-afirma-que-medidas-mais-rigidas-criam-condicoes-seguras-para-plano-de-retomada-da-economia/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, h. **Pronunciamento sobre medidas mais rígidas em João Pessoa.** 2020. (2m42s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zj30jzmWe9s> Acesso em: 14 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, i. **Prefeitura de João Pessoa publica novo decreto e amplia restrições com intuito de reduzir contaminações pela Covid-19.** 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/sem-categoria/prefeitura-de-joao-pessoa-publica-novo-decreto-e-amplia-restricoes-com-intuito-de-reduzir-contaminacoes-pela-covid-19/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, j. **Prefeitura vacina 162 profissionais de saúde no primeiro dia de imunização contra Covid-19.** 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-vacina-162-profissionais-de-saude-no-primeiro-dia-de-imunizacao-contr-covid-19/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, k. **João Pessoa é a primeira colocada no ranking da Transparência Internacional pela 4ª vez.** 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-e-a-primeira-colocada-no-ranking-da-transparencia-internacional-pela-4a-vez/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, l. **Transparência Internacional aponta João Pessoa como a capital mais transparente do País para combater a Covid-19.** 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/transparencia-internacional-aponta-joao-pessoa-como-a-capital-mais-transparente-do-pais-para-combater-a-covid-19/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, m. **João Pessoa lidera ranking de transparência no combate à Covid-19 e fato tem repercussão nacional.** 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-lidera-ranking-de-transparencia-no-combate-a-covid-19-e-fato-tem-repercussao-nacional/>. Acesso em 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, n. **Com nota máxima, João Pessoa é apontada como capital mais transparente do País pela terceira vez consecutiva.** 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/com-nota-maxima-joao-pessoa-e-apontada-como-capital-mais-transparente-do-pais-pela-terceira-vez-consecutiva/>. Acesso em 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, o. **Prefeito anuncia parceria com o BID para beneficiar famílias da capital.** 2020. (1m23s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zj30jzmWe9s> Acesso em: 14 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, p. **Programa João Pessoa Cidade Criativa e Labin participam de evento comemorativo ao Dia Nacional do Design.** 2021. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/programa-joao-pessoa-cidade-criativa-e-labin-participam-de-evento-comemorativo-ao-dia-nacional-do-design/>. Acesso em 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. 2020. **Prefeitura do Rio é destaque na cooperação internacional no combate à COVID-19.** Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-do-rio-e-destaque-na-cooperacao-internacional-no-combate-a-covid-19/><https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-do-rio-e-destaque-na-cooperacao-internacional-no-combate-a-covid-19/>. Acesso em: 15 jun 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALZANO. **Coronavírus: Prefeitos da Região Sul pedem ajuda à China.** 2020. Disponível em: <https://liberatosalzano.rs.gov.br/noticia/visualizar/id/1272/?coronavirus-prefeitos-da-regiao-sul-pedem-ajuda-a-china.html>. Acesso em 15 jun 2021.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras.** Salvador: Edufba, 2009.

ROSSI, Pedro. **Lições do coronavírus para a sociedade do futuro.** Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, Briefings. 11 abril de 2020. Disponível em: <https://brasil.fes.de/detalhe/licoes-do-coronavirus-para-a-sociedade-do-futuro/>. Acesso em: 01 maio 2021.

ROSSI, Rinaldo de Castilho. DA SILVA, Simone Affonso. **O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de Covid-19.** Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica. ANO IX, número 18. Edição Especial: Dossiê Coronavírus - Parte II. Disponível em: <http://docplayer.com.br/204290370-Espaco-e-economia-revista-brasileira-de-geografia-economica.html>. Acesso em: 05 maio 2021.

SEPLAN. **Embaixador da China responde pedido de ajuda do Consórcio Nordeste: "vamos esforçar por isso"**. Governo do Estado da Bahia, 2020. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/2020/03/1268/Embaixador-da-China-responde-pedido-de-ajuda-do-Consorcio-Nordeste-vamos-esforcar-por-isso.html>. Acesso em 15 jun 2021.

SINGER, Florantonia; SCHIMIDT, Stephanie. EL PAÍS, Brasil. **Venezuela anuncia envio de oxigênio a Manaus, mas Governo não confirma recebimento**. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-17/venezuela-anuncia-envio-de-oxigenio-a-manaus-mas-governo-nao-confirma-recebimento.html>. Acesso em: 15 jun 2021.

TEIXEIRA, Matheus. Com recados a Bolsonaro, Supremo autoriza estados e municípios a decidirem sobre isolamento. 15 abr 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/com-recados-a-bolsonaro-stf-forma-maioria-para-permitir-estados-a-regulamentarem-isolamento-social.shtml>. Acesso em: 15 jun 2021.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à covid-19**. Transparência Internacional. Brasil. Associação Transparência e Integridade Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 São Paulo, SP. Disponível em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-emergenciais-covid19?stream=1>. Acesso em 15 jun 2021.

TURISMO, João Pessoa. **Um pouco da sua história**. Disponível em: <https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/um-pouco-da-sua-historia/>. Acesso em: 15 jun 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima, et al. **Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00040620, Mar. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1023/desafios-da-pandemia-de-covid-19-por-uma-agenda-brasileira-de-pesquisa-em-saude-global-e-sustentabilidade>. Acesso em 09 maio 2021

VIGEVANI, Tullo. **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 21, n. 62, p. 127-139, Oct. 2006.